

RE no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.335 - RS (2019/0173317-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : LUCAS VIEIRA PINTO
ADVOGADO : DIEGO ROMERO E OUTRO(S) - RS055222
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. PRISÃO CAUTELAR. REQUISITOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. **SÚMULA 279/STF**. RECURSO AO QUAL, EM PARTE, SE NEGA SEGUIMENTO E, NO MAIS, NÃO SE ADMITE.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por LUCAS VIEIRA PINTO , com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 171):

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO TRIPLAMENTE MAJORADO. EXTORSÃO MAJORADA. CONDENAÇÃO À PENA DE DEZENOVE ANOS E DEZ MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. RÉU QUE PERMANECEU EM LIBERDADE NO CURSO DO PROCESSO. PRISÃO PREVENTIVA DETERMINADA NA SENTENÇA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE. RISCO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. RECURSO EM HABEAS CORPUS DESPROVIDO.

I - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio

desta medida, priva-se o réu de seu **jus libertatis** antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do art. 312 do CPP.

II - "*[o] fato de o réu ter permanecido em liberdade durante a instrução processual não impede que seja decretada a sua prisão preventiva quando da prolação de sentença condenatória (art. 387, § 1º, do CPP), desde que presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal*" (HC n. 387.231/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 22/05/2017).

III - **In casu**, a sentença condenatória que decretou a prisão preventiva do recorrente encontra-se devidamente fundamentada em dados extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do recorrente acarretaria risco à ordem pública, em razão de sua periculosidade, evidenciada pelo fundado receio de **reiteração delitiva**, já que "*observada a existência de diversas ações penais em que o mesmo figura como réu suspensas na forma do art. 366 do CPP*", circunstâncias que indicam um maior desvalor da conduta perpetrada e revelam a indispensabilidade da imposição da medida extrema.

IV - Não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Recurso ordinário desprovido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 185-196) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 5º, incisos LV e LVII, e 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Contrarrazões às fls. 211-214 e 219.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral,

reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAb v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto (fls. 177-182):

Insta consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu **jus libertatis** antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do art. 312 do CPP. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores.

Como foi relatado, o recorrente pretende a concessão do direito de aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade, sob a alegação de que assim permaneceu solto durante toda a instrução criminal e que inexistem fatos novos a fundamentar idoneamente a decretação de sua prisão.

Ocorre que, nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, "*[o] fato de o réu ter permanecido em liberdade durante a instrução processual não impede que seja decretada a sua prisão preventiva quando da prolação de sentença condenatória (art. 387, § 1º, do CPP), desde que presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal*" (HC n. 387.231/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 22/05/2017).

No caso dos autos, a sentença, ao fundamentar a necessidade da prisão do recorrente, salientou o que segue:

"condenar o réu Lucas Vieira Pinto à pena privativa de liberdade de 19 (dezenove) anos e 10 (dez) meses de reclusão, com regime carcerário inicial fechado, além de 60 (sessenta) dias-multa, a razão de 1 (um) salário- mínimo vigente na época dos fatos, devidamente atualizado, como Incurso nas sanções do 157, § 2ª, incisos I, II e V e do art. 158, §1º, reunidos na forma do art. 69, caput, todos do CP.

[...]

Outrossim, no que se refere ao réu Lucas, deverá ser cumprida a decisão de fls. 158/158, considerando que estão presentes os requisitos para a segregação cautelar, nos termos do art. 312 do CPP, observada a existência de diversas ações penais em que o mesmo figura como réu suspensas na forma do art. 366 do CPP, demonstrando risco concreto para a efetiva aplicação da lei penal." (fls. 54-55-grifei)

O eg. Tribunal de origem, por sua vez, ao manter a segregação cautelar assim se manifestou:

"[...]importante salientar que, em decisão proferida em 28.11.2017, o Magistrado de origem havia revogado a segregação preventiva tão somente em virtude "do controvertido contexto dos autos" e "da necessidade de melhor esclarecimento acerca dos fatos", ocasião em que impostas as medidas cautelares diversas da prisão, dentre elas o recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga. Em momento algum, portanto, a liberdade foi concedida porque não evidenciada a periculosidade do agente, mas, sim, em virtude de dúvidas concernentes ao contexto probatório. E o fato de o paciente supostamente ter cumprido, no período em que permaneceu solto, as medidas cautelares impostas não afasta a necessidade da prisão.

Nesse sentido, firmando-se a convicção condenatória, e com atenção às graves particularidades do caso em concreto, a necessidade de custódia provisória foi suficientemente fundamentada na modificação do contexto fático. Assim, no que refere aos pressupostos autorizadores da medida, percebe-se que o decreto de prisão cautelar está devidamente apoiado em valor protegido pela ordem constitucional em igualdade de relevância com o valor liberdade individual - a tutela da ordem pública.

Para além disso, não se descuida do risco concreto de reiteração criminosa. Depreende-se da certidão de antecedentes que o paciente registra nove ações penais em andamento, todas referentes a delitos patrimoniais, em sua maioria estelionatos. Destes nove registros, sete se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, diante de sua não localização. Assim sendo, justifica-se a medida cautelar também para assegurar a aplicação da lei penal, também nos autos da ação penal originária" (fls. 94-95-grifei).

Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados extraídos dos autos, tendo sido exarada motivação idônea para manter a segregação cautelar com fundamento na **garantia da ordem pública**, em razão da **periculosidade concreta** do agente, evidenciada pelo **fundado receio de reiteração delitiva**.

Neste sentido, os seguintes julgados: (...)

Por fim, constato que, **in casu**, não há hipótese de aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, **verbis**:

Superior Tribunal de Justiça

"Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

[...]

§ 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)".

Desse modo, inexistente constrangimento ilegal, na presente hipótese, na decretação da prisão do recorrente, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Ante o exposto, nego provimento ao presente recurso ordinário em **habeas corpus**.

Assim, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ademais, no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que trata da ofensa aos artigos 155, 282, 312, 321 e 387 do Código de Processo Penal.

O acórdão foi ementado nos termos abaixo:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748.371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

Por fim, a análise da questão inerente aos pressupostos e requisitos da prisão cautelar, objeto do recurso extraordinário, perpassa pelo exame da legislação processual penal, de modo que eventual afronta à Constituição Federal, se houvesse, seria indireta (**ofensa reflexa**), o que não legitima a interposição do apelo extremo.

De mais a mais, o afastamento dos pressupostos fáticos tomados no julgamento realizado pela Quinta Turma desta Corte Superior demandaria, inarredavelmente, o reexame dos elementos de convicção existentes nos autos, o que não é permitido em sede de recurso extraordinário, frente ao óbice da Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal.

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal, em casos análogos aos dos autos:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL. CONTAGEM CONTÍNUA DO PRAZO EM MATÉRIA PENAL. ARTIGO 798 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APELO EXTREMO INTEMPESTIVO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, LXV E LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. OFENSA REFLEXA AO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF.** VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(ARE 1124766 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 04/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 12-06-2018 PUBLIC 13-06-2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ARTIGOS 33 E 35, C/C 40, I, DA LEI 11.343/2006, E ARTIGOS 2º, CAPUT, E 4º, V, DA LEI 12.850/2013. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. **PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF.** VIOLAÇÃO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(RE 1034324 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 29/09/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-239 DIVULG 19-10-2017 PUBLIC 20-10-2017)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, incisos I, "a", primeira e segunda partes, e V do Código de Processo Civil, **nego seguimento, em parte, ao recurso extraordinário e, no mais, não o admito.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente